

O Trabalho Docente de Professores de Química

Francielen Kuball Silva (PQ) francielen.silva@unisul.br

Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

Palavras-Chave: *trabalho docente. ensino médio. professor de química.*

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo compreender o trabalho docente dos professores de química da última etapa da educação básica. Para alcançar o objetivo da pesquisa foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os egressos do Curso de Licenciatura em Química. Da análise dos dados emergiram três categorias de conteúdo: perfil e condições de trabalho, intensificação do trabalho docente, identidade docente. O estudo sugere que o trabalho docente foi intensificado e teve como consequência a evasão de boa parte dos egressos. Os que evadiram e foram em busca de outra profissão, não seguem uma trajetória linear. Os professores que permanecem em sala de aula vivem a profissão de forma distinta, os que estão resignados estabelecem uma relação frágil com a docência, pois mantêm outros vínculos empregatícios além da docência e os resistentes são professores que estão em sala de aula e que percebemos um envolvimento com a docência.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo compreender o trabalho docente dos professores de química da última etapa da educação básica, em um contexto marcado por evasão, resignação e persistência com a profissão e com os elementos que a caracterizam.

Partimos de estudos sobre as reformas educacionais dos últimos vinte anos, buscando compreender, sobretudo, quais os reflexos dessas políticas sobre o trabalho docente, procurando identificar por um lado os motivos pelos quais alguns professores se evadiram e partiram em busca de outros caminhos profissionais e por outro, as razões que levaram outros sujeitos a permanecer na docência. Procuramos verificar quem são esses sujeitos que permanecem na profissão e são responsáveis pelo ensino de química e, sobretudo, em que condições realizam suas atividades.

O conceito de permanência utilizado neste trabalho refere-se aos professores que estão em sala de aula, porém, vivem a profissão de forma distinta. Os que designamos como resignados estabelecem uma relação frágil com o trabalho docente. Aos que designamos persistentes, são professores que estão em sala de aula e que percebemos um envolvimento com a docência.

Para compreendermos os obstáculos que condicionam ou determinam a evasão ou a permanência na escola pública dos professores de química, faz-se necessário entendê-las no contexto das reformas do Estado e da educação ocorridas no Brasil, principalmente, a partir de 1990. De acordo com Shiroma (2003), a década de 1990 foi profícua na produção de documentos oficiais, leis, decretos e diretrizes que serviram de base para a reforma da educação brasileira. Dourado (2001), relata que o processo de reforma no Brasil assentado em premissas de modernização, racionalização e privatização, tendo o mercado como portador da racionalidade sociopolítica conservadora, configura-se pela minimização do papel do Estado no tocante às políticas públicas.

As reformas educacionais foram apoiadas nos conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência, que orientaram o campo pedagógico. Essas reformas tiveram grande impacto na educação básica, orientadas pela Teoria do Capital

Humano¹, sobretudo para os professores que passaram a ser os agentes responsáveis pela mudança diante desse “novo” contexto².

A carência de estudos sobre o trabalho docente nas escolas de educação básica do Brasil, a partir das reformas educacionais implementadas nos últimos vinte anos, levada a cabo por políticas educacionais que foram desenhadas e incidiram sobre a materialização do trabalho docente, foi indicada por Oliveira (2004), como campo a ser preenchido na pesquisa em educação.

A presente pesquisa cotejou o conteúdo de documentos, tais como: pesquisas desenvolvidas no final da década de 1990 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a UNESCO e dados obtidos através de consulta aos sites do INEP/MEC e SED/SC, sobre o perfil dos professores e os dados obtidos através de outras fontes relacionadas à carreira do magistério, a remuneração, o abandono da profissão e, os índices de evasão nos cursos de licenciatura, com parte da literatura que trata, sobretudo, do trabalho docente no Brasil.

Para compreender o que pensam e sentem os professores sobre o seu trabalho, adotou-se como ponto de partida a análise da escolha da profissão, os motivos que os levaram a ser, e a continuar sendo professor, as condições de trabalho, suas satisfações e a insatisfação e o mal estar docente³, na certeza de que esses acontecimentos condicionam e, interferem significativamente nas práticas diárias dos professores e são decisivos na qualidade e na eficiência do trabalho realizado.

A baixa atratividade da carreira docente na educação básica é destacada por Alves e Pinto (2011). Neste panorama, três situações se evidenciam: 1) Atrair os egressos do Ensino Médio para as Licenciaturas; 2) atrair os egressos das licenciaturas para as escolas públicas de educação básica; 3) manter os licenciados nas escolas públicas.

Analisando as políticas educacionais, nota-se que o problema foi enfrentado pelos governos dos últimos 20 anos através da ampliação ao acesso a cursos de formação inicial. Tal opção pelo aumento das vagas nos cursos de licenciaturas sugere que as discussões e ações no campo educacional não incidiram uniformemente sobre o estatuto econômico, social e científico dos professores (Dourado & Oliveira, 2008). O estatuto econômico do professor e as condições materiais de sustentação do atendimento escolar e da organização do ensino se constituem em condição *sine qua non* para que o trabalho dos docentes de forma ampla seja significativamente melhorado (Costa e Oliveira, 2011).

Diante do exposto surgem alguns questionamentos: Por que as mudanças inseridas nas duas últimas décadas, em relação ao trabalho docente e à formação de professores não foram capazes de impedir o déficit de professores habilitados na última etapa da educação básica, particularmente na área de química? Por que um contingente de pessoas portadoras da formação específica para o magistério tem-se desviado da trajetória inicialmente considerada? Por que muitos professores se evadem das escolas públicas de educação básica?

Um estudo sobre condições de trabalho e remuneração, elaborado por Paiva, Junqueira e Muls (1997) já na década de 1990, mostrava “oscilação” dos salários dos professores e a perda de poder aquisitivo da categoria entre os anos de 1979 e 1996. O estudo revelou que 71% dos docentes, afirmaram a “não-valorização da profissão”, o

¹ O capital humano reuniria “os conhecimentos, as qualificações, as competências e características individuais que facilitam a criação do bem estar pessoal e econômico”. (Laval, 2004)

² SHIROMA (2003), OLIVEIRA (2004), NÓVOA (1995).

³ Segundo Martinez (2010, p.1) o mal estar docente é o nome mais freqüente, em língua espanhola, do sofrimento psíquico dos docentes.

“salário baixo” e o “trabalho desgastante” como as suas principais motivações para um dia deixar o trabalho docente.

A percepção da sociedade e a valorização dos professores traz reflexos na atratividade da carreira docente, de acordo com Gatti:

O magistério não é uma carreira atraente, acarretando ainda, para aqueles que nela ingressam, a necessidade de complementar seu salário com mais aulas, ou pelo exercício de outras atividades, o que lhes retira o tempo em que poderiam preparar aulas, analisar e adequar questões curriculares às características dos alunos, corrigir e comentar trabalhos, e se auto instruir permanentemente (Gatti, 2000 p. 60).

Através de estudos mais recentes e, nessa mesma direção Gatti e Barreto (2009), analisaram dados do INEP e do IBGE sobre a educação brasileira. As autoras abordam a questão da carreira e da remuneração como um dos principais problemas a serem enfrentados para que o país recupere o prestígio do trabalho docente e aumente o número de candidatos ao magistério que nos últimos anos diminuiu consideravelmente.

Estudos apontam que o trabalho docente foi intensificado e precarizado após as reformas ocorridas nas duas últimas décadas. Para Oliveira (2004), o quadro de instabilidade e precariedade no magistério público tem se tornado cada vez mais intenso, devido ao aumento do número de professores contratados em caráter temporário, a diminuição dos salários, a ausência de um piso salarial nacional digno.

Diante deste quadro Dourado (2001), assinala que estamos vivenciando uma situação de mal estar docente resultante dos efeitos das condições psicológicas e sociais, em que a docência é assumida, articuladas com limites na formação, prática, identidade e carreira profissional. As condições objetivas em que a docência é exercida, e que influência diretamente na ação do professor, podem gerar abandono da profissão docente, repercussões negativas da sua prática e afetar diretamente a saúde desses profissionais.

Para Nóvoa (1995), a crise da profissão docente arrasta-se há longos anos e não se vislumbram perspectivas de superação a curto prazo. As consequências da situação de mal estar que atinge o professorado estão à vista de todos: desmotivação pessoal e elevados índices de absentismo e de abandono, insatisfação profissional traduzida numa atitude de desinvestimento e de possibilidades de uma reflexão crítica sobre sua ação profissional (NÓVOA 1995).

Gatti e Barreto (2009), traçaram algumas características sobre o trabalho docente no Brasil. As autoras observam que 83% dos professores do ensino médio trabalham em escolas públicas, e destes, 25,1% tem dois ou mais trabalhos. Em relação à jornada de trabalho, os professores da educação básica informaram ao IBGE que o trabalho docente é exercido em torno de 30 horas semanais. As autoras levam em consideração que o número de horas semanais trabalhadas costuma ultrapassar o número de horas-aula informadas, pois o tempo de ensino e o tempo de trabalho são diferentes. O tempo de trabalho é muito maior, pois dentro deste tempo estão incluídos o tempo de preparação das aulas, correções de provas, estudos, realizados fora do horário escolar.

Em relação à formação, as autoras relatam que os professores que lecionam no ensino médio são os mais qualificados, 95,4% tem nível superior completo, porém isso não significa que os professores, que estão atuando nas escolas públicas de ensino tem a formação inicial na disciplina que ministram.

Em relação a qualidade do ensino médio, Kuenzer (2010), analisou os dados do IDEB e, em 2007, no ensino médio, as escolas privadas alcançaram 5,6 como

média, ao passo que as escolas públicas atingiram a média de 3,2. A média nacional neste ano foi 3,5, atingindo 3,6 em 2009. Já a análise dos dados do ENEM para o ano de 2009 mostram que os mil piores resultados foram obtidos por escolas públicas, sendo 97,8% estaduais.

Até os primeiros anos da década de 1990, apresentava a escola média de educação geral para a burguesia e a escola profissional para os trabalhadores. E, dadas as condições de precarização que as escolas médias públicas que atendem os que vivem do trabalho têm apresentado (...) a educação geral, antes reservada à elite, quando disponibilizada aos trabalhadores, banalizou-se e desqualificou-se. (Kuenzer, 2010 p. 863)

Com este entendimento, com intuito de contribuir com esta área de inquérito da pesquisa em educação questiona-se: Quem são os egressos do curso de Licenciatura em Química? Em que condições os professores, egressos do curso de Licenciatura em Química realizam seu trabalho? Quais os motivos que levam os professores de química a decidir pela evasão do trabalho docente? Quais as razões que levam professores de química a permanecer na docência? Qual a identidade destes sujeitos com a docência?

Da análise dos depoimentos emergiram as categorias de conteúdos: perfil e condições de trabalho docente de professores de química, intensificação do trabalho docente, identidade docente. Com esse entendimento, o trabalho docente de professores de química foi entendido em um contexto de políticas neoliberais e das mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Com o objetivo de compreender os movimentos de permanência e evasão dos professores da disciplina de química da última etapa da educação básica, se faz necessário conhecer a realidade desses sujeitos.

A pesquisa de campo teve início com a coleta de dados dos egressos disponibilizados pela Instituição formadora. A população a ser estudada era composta por 164 licenciados em química, compreendendo nessa amostra todos os sujeitos desde o início do curso 1989 até 2008. Como recorte temporal, decidiu-se entrevistar os alunos que iniciaram no curso a partir do ano de 1997, após a aprovação da LDB, devido ao fato de que em seu Art. 67 afirma que “a formação docente para atuar na educação básica deverá ser em nível superior”. Dessa maneira, nossa amostra foi composta por 101 ingressantes posteriores a essa determinação legal.

Cientes das dificuldades de acesso aos professores de Química, pela distância e quantidade de egressos, enviamos questionários via internet, por e-mail. Dos 101 e-mails enviados aos egressos, 52 e-mails não chegaram ao destino devido ao endereço eletrônico estar desatualizado ou por não estarem utilizando as contas de e-mail que cadastraram na época em que estavam estudando na Instituição. No total, sete sujeitos retornaram com os questionários devidamente preenchidos. Por considerarmos uma amostra pequena para abranger as múltiplas dimensões que circundam o trabalho docente, adotamos a estratégia de ligar para os egressos. Nessa etapa, o questionário foi reelaborado e passou a ter 12 questões abertas e fechadas. Finalizamos essa etapa com 21 sujeitos respondentes, desses, 11 sujeitos estavam atuando em 2010 nas escolas e 10 sujeitos estavam fora da escola. Optamos por não entrevistar sujeitos que lecionavam apenas a disciplina de física (3 sujeitos), os que moravam muito distante da pesquisadora (3 sujeitos), os que estavam realizando mestrado fora do estado de Santa Catarina (1 sujeito em Curitiba/PR e 1 sujeito em São Paulo/SP, ambos cursando o Mestrado em Química) e três sujeitos se negaram a participar da entrevista. No total, foram 11 sujeitos entrevistados, 05 deles que estão atuando em sala de aula e 06 estão atuando em outra atividade que não a docência.

Foi realizada a entrevista semiestruturada para a coleta de dados. Estas aconteceram nos municípios de Tubarão, Pedras Grandes, Urussanga, Criciúma, Orleans e Cocal do Sul. Algumas informações complementares para a análise dos dados foram obtidas através da análise documental, através de levantamentos quantitativos cedidas pela Secretaria de Educação (SED), pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação/SC (SINTE), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

As entrevistas realizadas foram pessoais, geralmente no local de trabalho do entrevistado, com exceção de duas entrevistas. O tempo de duração das entrevistas variou entre 30 minutos até três horas, mas de uma forma geral, as entrevistas tiveram duração média de uma hora, e todas elas foram gravadas e transcritas posteriormente. Para que os sujeitos entrevistados tivessem contato com a pesquisadora e que a mesma pudesse apresentar os resultados obtidos da pesquisa, foi disponibilizado um cartão, onde este continha e-mail, telefone e blog da pesquisa criado pela pesquisadora como meio de interação.

OS PROFESSORES DE QUÍMICA E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Os professores de química participantes da pesquisa, em sua maioria são do sexo feminino, confirmando a tendência nacional. Esses professores não ministram apenas a disciplina de química, 60% deles lecionam mais de uma disciplina (matemática, ciências e física), em mais de uma escola, onde destes 36% trabalham nos três turnos e mais da metade dos professores pesquisados possuem outro vínculo empregatício além da docência, contrariando os dados disponibilizados pelo INEP (BRASIL, 2009). Em relação ao contrato de trabalho, 55% são admitidos em caráter temporário.

Ao analisarmos os dados do INEP, verificamos que há a necessidade de formação em nível superior, e que o número de professores sem habilitação na disciplina que atua é imenso. Em relação ao ensino de química, apenas 38% dos professores que estão atuando no ensino médio no Brasil têm formação em química.

Os estudos realizados até o momento confirmam que há carência de pesquisas que buscam compreender a atratividade dos cursos de licenciatura em química no Brasil. Os resultados obtidos a partir dos dados da Universidade do Sul de Santa Catarina apontam o esvaziamento do número de alunos interessados em cursar a licenciatura em química, motivo pelo qual levou a descontinuidade do curso em análise. O curso sofre com a evasão dos alunos no decorrer do mesmo. A esses dois aspectos relacionados à formação inicial soma-se a evasão dos egressos da docência após a conclusão.

A partir da análise desses dados, foi possível compreender o trabalho dos professores de química, entendendo a visão que os professores tem de si e, como eles se veem perante a sociedade, qual a realidade das escolas públicas do sul do estado catarinenses, das suas condições de trabalho, da estrutura física, dos materiais disponíveis nas escolas, da sua remuneração, percebendo suas satisfação e insatisfação no trabalho.

Através da fala dos professores verificamos as razões que levaram os envolvidos na pesquisa a escolher ser professor. São vários os motivos, dentre eles podemos destacar a afinidade com a disciplina de química e a área das exatas, por admirar professores durante a realização do ensino médio, influência dos pais, que são professores, além de acreditarem que ser professor é um “dom”. Alguns sujeitos relataram que a opção pela licenciatura se deu pelo fato de ser um curso mais barato e

por falta de opção na época em que deveriam escolher uma profissão, um dos professores relatou que se concluísse o curso de licenciatura em química poderia atuar em outras áreas, além do ensino.

Se tivessem que recomeçar hoje, 33% dos entrevistados disseram que cursariam a licenciatura em química novamente e, 77% não fariam a mesma escolha em relação a sua profissão. Para os entrevistados ser professor na atualidade não é uma tarefa fácil, pois o professor não é valorizado pela sociedade, pelos alunos, além do descaso dos governantes com a educação de qualidade.

Como percebemos ao longo da pesquisa, as reformas ocorridas a partir da década de 1990 trouxeram como consequência a reestruturação e a intensificação do trabalho docente. Com a expansão da matrícula na educação básica, o trabalho docente vem sofrendo mudanças, materializadas, sobretudo, no aumento de atividades e responsabilidades dos professores. De um lado os discursos oficiais apontam que só seremos um país desenvolvido se os alunos adquirirem as competências e habilidades relacionadas às disciplinas propostas. Por outro lado, com apenas duas aulas por semana, o professor que trabalha com a disciplina de química, sequer consegue ministrar todo o conteúdo obrigatório, levando a uma aprendizagem pouco sólida nessa disciplina.

As políticas educacionais das duas últimas décadas foram direcionadas à universalização da matrícula, em 2010 o ensino médio apresentou um total de 8.357.675 alunos matriculados. De um lado essa realidade suscita a necessidade de mais professores, porém percebe-se a falta de interesse dos jovens em ser professor, principalmente pela desvalorização da carreira do magistério. O governo desde 2003 investe em programas de formação docente e o que se percebe é que os jovens não desejam seguir a carreira docente.

Percebe-se que a precarização, a intensificação e, a flexibilização do trabalho docente pode ser observada na escola pública. São várias situações que intensificam o trabalho dos professores, tais como: desprestígio social da função, falta de reconhecimento dos alunos e familiares em relação à figura do professor em sala de aula, a indisciplina dos alunos, a carga horária excessiva de trabalho, a necessidade de exceder a carga horária de trabalho para compensar a baixa remuneração.

Como fatores que contribuem para a intensificação do trabalho docente, podemos citar a falta de tempo para preparação de aulas, correção de provas e trabalhos, ou seja, a ampliação da jornada de trabalho. Mais da metade dos professores entrevistados trabalham em mais de duas escolas, com turmas que contém em média 30 alunos por sala de aula, e todos os professores comentaram que sua jornada de trabalho aumentou desde o início da carreira, além disso, quase todos os professores trabalham em escolas distantes do seu domicílio.

Todos os professores relataram que participam de atividades dentro e fora da escola, onde a maioria delas promove jantar dançante, festa junina, entre outras festas que visam arrecadar fundos para a escola. Os professores desempenham muitas funções na escola. A expansão da matrícula, o número expressivo de alunos sob a responsabilidade do professor imprime a necessidade de cuidar. Ao mesmo tempo, os depoentes destacam que o que lhe constitui é o ato de ensinar, a contradição se expressa na tentativa de manter o que constitui a identidade do ser docente: o ato de ensinar.

Todos os docentes têm sua jornada de trabalho ampliada, a maioria deles têm aulas excedentes, ou ampliam o número de horas aulas dadas para poder ganhar um salário maior, como a licenciatura em química permite atuar em outras áreas, a maioria dos sujeitos trabalham em indústrias da região local como químico responsável.

Desde a CF de 1988 a valorização dos profissionais da educação é garantida por lei, assim como planos de cargos e salários e o tempo para dedicação aos estudos e preparação de aulas e correção de trabalhos e provas. Por outro lado verificamos que na prática isso não acontece. Desde 2008, quando foi aprovado o PSPN, o governo de Santa Catarina não paga a seus professores, e foi contrário a implantação de 1/3 de hora/atividade. Além disso, o último concurso público para professores de química no ensino médio de escolas públicas ocorreu em 2004 e, desde 2008 o Estado promove processo seletivo para a contratação de professores apenas em caráter temporário.

O vencimento básico que o professor com Licenciatura em Química deveria receber na rede estadual catarinense, de acordo com a proposta do SINTE é R\$ 1.935,99 além de gratificações de estímulo e complementar à regência de classe. Comparando os valores disponibilizados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Ensino no Estado de Santa Catarina, verificamos que a remuneração paga aos professores efetivos e ACT com licenciatura plena, o valor é de R\$ 993,20, vale ressaltar que o ACT não tem estabilidade e nem possibilidade de progressão horizontal.

Através dos documentos oficiais, legislações, portarias e decretos, verificamos que os professores são considerados centrais. Ao mesmo tempo o que vemos acontecer na prática é que as condições de trabalho são totalmente adversas, pois sob o ponto de vista dos depoentes, a maioria das escolas em que os professores trabalham são consideradas inadequadas, precárias para o desenvolvimento de suas atividades, em algumas delas o laboratório de informática está fechado por falta de manutenção. Apenas uma escola possui laboratório de química, e apenas um sujeito relatou que no ano de 2008 a escola recebeu um laboratório didático móvel para realizar experimentos de química.

Há uma contradição no aumento das tarefas/funções que os professores devem desempenhar nas escolas de educação básica, ao mesmo tempo em que as condições precárias das escolas e a carência de recursos didáticos e materiais disponíveis a alunos e professores dificultam os estudos e desestimulam o hábito de ler, escrever e experimentar. Todos os professores questionados se dizem insatisfeitos com a sua remuneração e acreditam que têm direito de ganhar muito mais pelo trabalho que desenvolvem. Alguns professores sentem-se desvalorizados profissionalmente e socialmente e que já pensaram em desistir da docência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sugere que se faz necessário considerar com a mesma intensidade a formação dos futuros professores de química e as condições em que esses professores realizam o trabalho pedagógico. A preocupação com a formação deve estar articulada com a valorização e a formação dos professores. Passaram-se diversos governos, muitos ministros da educação e chegou-se ao estágio atual, no qual continuam faltando professores de química.

As condições de trabalho, a baixa remuneração, a falta de prestígio, a não valorização da profissão, falta de concurso público para professores, a intensa e extensa jornada de trabalho, o trabalho que gera um desgaste físico e emocional são as principais causas para os licenciados em química evadirem da docência. Nesse panorama, ano após ano, grande número de professores abandona o magistério devido aos baixos salários e às precárias condições de trabalho nas escolas.

Formar mais e melhor os profissionais do magistério é apenas uma parte da tarefa. É preciso criar condições de trabalho apropriadas. Por outro lado apesar das dificuldades enfrentadas em consequência das precárias condições de trabalho, remuneração e carreira, pela indisciplina dos alunos ou pela falta de infraestrutura adequada nas escolas, há professores que mantêm seu compromisso social e persistem na docência. Esses professores reconhecem que o magistério tem lhe proporcionado satisfação, e que o contato com os alunos, a clareza da importância da apropriação dos conhecimentos da química são motivos do prazer de ser e continuar sendo professor.

Em um contexto marcado por contradições expostas pelo estudo, ainda existem professores que permanecem em sala de aula comprometidos com as escolas públicas de Santa Catarina. A expectativa destes professores é que ao participarem da pesquisa, as falas deles ultrapassem os muros da Universidade e que as pessoas percebam o que eles estão “sentindo na pele, a nossa realidade”. Vale destacar que uma educação de qualidade social passa pela presença nas escolas de educação básica de ampla maioria constituída por professores literalmente “envolvidos” com a profissão, o que implica tornar “persistentes” os “resignados” e “evadidos”.

Esperamos que este trabalho possa contribuir com novas e instigantes reflexões para o debate que tem se formado em torno das políticas de formação de professores, carreira e remuneração, num panorama de contradições, na busca permanente de encontrar os mais adequados caminhos, em busca da educação de qualidade social. Tal entendimento aponta a necessidade de estudos que focalizem os sujeitos docentes do ensino médio e suas condições de trabalho a partir das recentes ações governamentais que incidem sobre o professor. Um novo desenho do trabalho docente pode ser engendrado com a ampliação da obrigatoriedade da escolaridade de 4 a 17 anos, com as novas Diretrizes para os Planos de Carreira e Remuneração, com o Plano Nacional de Educação (2011-2020) e, mais recentemente, com a validação pelo STF da Lei n. 11.738/08.

REFERÊNCIAS

ALVES, T.; PINTO, J.M.R. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, p. 606-639, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sinopse do Professor da Educação Básica**. Brasília, 2009.

COSTA, G. L. M. Flexibilização da Formação Inicial do Professor de Matemática: expansão com qualidade social? In: BASSI, M. E.; AGUIAR, L. C. **Políticas Públicas e Formação de Professores**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

COSTA, G. L. M; OLIVEIRA, D. A. O trabalho docente no ensino médio no Brasil: sujeitos e condições singulares. In: Gouveia, A. B; Pinto, J. M. R; Corbucci, P. R. **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Brasília : Ipea, 2011. 227 p.

DOURADO, L. F. A reforma do Estado e as políticas de formação de professores nos anos 1990. In: DOURADO, L. F. e PARO, V. H. **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 49-57.

DOURADO, L. F.; OLIVERIA, J. F. Verbos intransitivos para uma política pública: formar, valorizar e profissionalizar. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.2. n. 2-3, p. 7-13, jan/dez. 2008.

GATTI, B. **Formação de Professores e carreira: problemas e movimentos de renovação**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.

GATTI, B.; BARRETO, E. S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: Unesco, 2009.

KUENZER, A. Z. O **Ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida?** Educação e Sociedade, Campinas, v.31, n. 112, p. 851-873, jul.-set. 2010.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Planta, 2004. p. 324.

MARTINEZ, D. Mal Estar Docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: GESTRADO/FAE/UFMG, 2010. v. 1. 432 p.

NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Ed., 1995. p. 191.

OLIVEIRA, D. A. A Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, v. 25. n. 89. p. 1127-1144, 2004.

OLIVEIRA, D. A. (org.). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: GESTRADO/FAE/UFMG, 2010. v. 1. 432 p.

PAIVA, V.; JUNQUEIRA, C.; MULS, L. **Prioridade ao ensino básico e pauperização docente**. Cadernos de Pesquisa, nº 100, p 109-19, mar. 1997.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação e Inovação. **Plano Estadual de Educação**. A sociedade construindo a educação dos catarinenses. Florianópolis: SEEI, 2004.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação infantil, ensino fundamental e médio**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SHIROMA, E. O euforismo da profissionalização. In: MORAES, M. C. M. de (Org.). **Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 198.

SOARES, K. C. D. **Trabalho docente e conhecimento**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.